

39º Encontro Anual da Anpocs

1

GT13 Elites e espaços de poder

A dominação, a doxa e o neoliberalismo: A revanche do baixo clero e a pista das homologias sociais

Roberto Grün (DEP;NESEFI/UFSCar)

E-mail: [rgrun@uol.com.br](mailto:rgrun@uol.com.br)

Resumo: O texto pretende estabelecer uma relação entre tentativas de hierarquização cultural e política no Brasil contemporâneo e, a partir dessa tentativa, sugerir pista de análise para a configuração sui generis da atualidade nacional. Chama a atenção para o caráter atávico dos modos de dominação do presente e afirma que a investigação da situação brasileira pode ser indicativa de tendências ainda embrionárias da configuração internacional. Especialmente sobre as questões que o seu envelopamento na rubrica “neoliberalismo” pode provocar. O ensaio de estabelecer uma cronologia significativa da guerra cultural por aqui deflagrada com a chegada do “baixo clero petista” no governo federal, que é o principal caminho empírico utilizado na análise. Dessa maneira cruzam-se determinantes políticos e culturais que produzirão resultados significativos não só nessas esferas, mas também na econômica. Para tanto adianto algumas hipóteses e sugestões advindas da sociologia política inspirada numa concepção durkheimiana de Estado e procuro sublinhar a relevância dessa abordagem.

Palavras-chave: neoliberalismo; dominação; crise financeira; guerra cultural; hierarquia cultural.

### Introdução

Os doze anos seguidos de governo federal liderado por presidente oriundo do PT trouxeram para o centro do processo decisório conjuntos de indivíduos que poderiam ser catalogados como do “baixo clero” cultural e político. Evidentemente tal aspecto é sempre relativo, tanto que ele aparece, se configura e magnifica apenas quando comparamos esse grupo com o que ocupou o governo precedente dos oito anos do período Fernando Henrique Cardoso. Esse último foi chamado, caracteristicamente, de o “Príncipe dos sociólogos” pela imprensa não necessariamente laudatória e mesmo por vários dos seus adversários políticos, denotando a aceitação social dessa propriedade (Costa 08/11/2001) ([http://www.istoe.com.br/reportagens/42921\\_FHC+SUPERSTAR](http://www.istoe.com.br/reportagens/42921_FHC+SUPERSTAR)). Além disso, ao contrário da equipe petista, ele e diversos dos seus auxiliares tiveram acessos parciais a posições importantes nas administrações anteriores de Sarney, Collor e Itamar (Oliveira 20/03/2002) <http://www.valor.com.br/arquivo/1000045957/hegemonia-da-puc-chega-ao-fim>. Poucas vezes um grupo desvelou tão nitidamente características que

o classificam como “alto clero” e é fácil ver que essa classificação foi acatada pela imprensa e demais órgãos aferidores e consagradores da sociedade<sup>1</sup>.

A circunstância do contraste marcante suscita diversas indagações sobre os efeitos da dominação cultural na sociedade brasileira contemporânea, em especial nas suas esferas política e econômica, bem como chama a nossa atenção para os seus critérios de hierarquização e ordens de legitimidade tanto na esfera intelectual quanto na política, bem como nas intersecções entre elas. Esse jogo que se trava tanto no interior de cada esfera quanto nas suas interfaces, vai se corporificar e se tornar explícito justamente nas formas e estratégias de combate político direto e indireto entre os apoiadores do grupo atual e aqueles que ocupavam o governo federal nos períodos anteriores.

Um primeiro ponto da questão é que ela é posta diretamente na arena da política como uma espécie de condição de contorno intransponível, sem que provoque a reflexão propriamente intelectual. A sua pregnância é tão forte que ela passa como característica “natural”, como hierarquia legítima e incontestada. A ordem social baseada na “inteligência” e no “mérito” parece não precisar de justificativa e esse é o principal sintoma da força de um modo de dominação. Entretanto, há um enquadramento cognitivo implícito nessas contendas que merece ser elucidado para que seja compreendida a lógica social e cultural que as balizam e seja explicitada uma faceta do jogo social que constrói e reconstrói continuamente o campo do poder do Brasil contemporâneo. Nele, o uso indisputado e irreflexivo nos debates de uma terminologia que aciona, remete e consagra a distinção originalmente cultural entre alto e baixo clero é talvez o sintoma mais expressivo dessa configuração que confere uma vantagem àqueles que são considerados membros do alto clero.

#### A força da gravidade e a da sociedade

A disputa cultural que estamos assistindo no Brasil contemporâneo é claramente desigual. Isso porque o grupo que está do lado que dispõe da legitimidade cultural trava a batalha, para usarmos uma analogia militar pertinente no caso, no sentido downhill – de cima para baixo, com a força da gravidade a seu favor, lhes infundindo “naturalmente” certezas e encorajamentos; enquanto o outro grupo a faz no sentido contrário uphill, com a inércia cultural e política agindo contra suas pretensões, além de introjetar nos próprios contendores dúvidas sobre as suas razões e convicções.

O raciocínio analógico ajuda a entender as razões e a importância de a polissemia característica dos jogos sociais pender para significados coincidentes com as disposições e estratégias dos grupos previamente legítimos e constantemente relegitimados pelas

---

<sup>1</sup> Uma biografia sociológica de Fernando Henrique Cardoso em A Garcia Jr (2004). Apresento uma análise prosopográfica cruzada, marcando o contraste entre o grupo de economistas que trabalhou com Cardoso na presidência e seus sucessores nas quadras petistas em Grün (2013), texto inicial dos resultados da pesquisa financiada pelo projeto Fapesp nº 12/22657-9 e pela bolsa de produtividade CNPq na qual o presente artigo se inscreve. Agradeço às agências de fomento pelos auxílios concedidos.

diversas rodadas de disputas. As interpretações das situações controversas, os atos culturais e políticos e as atitudes públicas dos primeiros gozam de legitimidade prévia sendo avaliados, a priori, num sentido que lhes é favorável, acontecendo o contrário para os membros do segundo grupo. E o uso irrefletido e integralmente compartilhado da terminologia em que a expressão “lição de casa” tem centralidade é uma armadilha eficiente por ter se tornado um poderoso retroalimentador dessas assimetrias (Grün Sociedade e Estado no prelo).

A análise do contencioso ao mesmo tempo cultural e político mostra que, no contexto brasileiro contemporâneo, a expressão “lição de casa” se configura como uma metáfora viva no sentido das ciências cognitivas (Ortony 1993; Lakoff and Johnson 1999, pg. 125). Isso porque ela dispõe de poder mnemônico, pois seu uso deflagra uma sequência de termos/ideias correlatos que fazem enquadrar as diversas situações de confronto como regidas pela lógica e hierarquia engendradas e vertebradas a partir do eixo do capital cultural. Dessa maneira o espaço cognitivo criado pelo sistema de metáforas [alto/baixo clero & lição de casa] contextualiza a questão básica da relação entre sistemas classificatórios da sociedade e concepção de natureza que vertebra a sociologia durkheimiana bem como, subsequentemente, sua noção de Estado como realidade construída como uma cultura compartilhada, conforme se depreende de (Durkheim & Mauss, 1901-2; Durkheim, 1922). O exemplo paradigmático dessa análise é a investigação de (Bourdieu 1998) sobre a dominação masculina, a “mãe de todas as dominações”, que se ancora nos efeitos socioculturais da apreensão compartilhada de alguns sistemas classificatórios aparentemente naturais e inconsequentes (quente/frio; úmido/seco; interno/externo) na qual o autor se escora justamente nas sugestões dos cognitivistas<sup>2</sup>.

Temos então no Brasil contemporâneo um caso flagrante da produção e naturalização de um novo sistema classificatório, bem como a evidência direta das consequências sociais dessa configuração. Assim como na Dominação Masculina, os termos da oposição alto/baixo clero e o corolário lição de casa parecem apenas descrições e/ou admoestações jocosas, sem maiores consequências “práticas”. Mas essa “banalidade” ganha dureza e permanência, uma vez objetivada e substantivada em sistema simbólico. Nosso caso permite mesmo ir além dessa constatação porque nesse período assistimos não só a consolidação, mas também diversas tentativas robustas de subversão da ordem simbólica que vigora no Brasil contemporâneo. Precisando, talvez seja mais correto assinalar que a mecânica da dominação simbólica só se torna acessível justamente porque ela é

---

<sup>2</sup> Outros aspectos dessa discussão para o Brasil contemporâneo investigando como o sistema classificatório [alto clero/baixo clero - lição de casa] produz um espaço cognitivo favorável a um tipo específico de dominação cultural, consequentemente política e econômica nos três outros artigos que fazem parte do projeto (Grün 2013 examina como a hierarquia cultural pesa mas é ultrapassada na gestão da crise financeira que começou em 2008; Grün 2014 mostra a construção da mitologia política contemporânea produzida pela fricção entre os novos grupos e os tradicionais; Grün, no prelo enfoca um contencioso localizado da esfera das finanças, mostrando como o sistema simbólico vai se corporificando no decorrer da contenda).

contestada e sua visibilidade seria uma janela que se abre apenas na situação de disputa e por causa do contencioso.

### O “neoliberalismo” e suas insuficiências

A janela privilegiada nos permite avaliar ao mesmo tempo a resiliência e o espraiamento da cultura dominante da contemporaneidade internacional que costuma ser chamada de “neoliberalismo”. Mas também poderemos explorar alguns flancos através dos quais ela permite ser flexionada e ultrapassada e também vislumbrar alguns pontos que limitam nossa acuidade quando a consideramos uma construção exclusivamente intelectual. E é pertinente lembrar que se essa abordagem for exitosa, ela contribuirá para contestar a ideia da existência de um determinismo que concede autonomia e primazia para a ordem construída a partir da esfera financeira no mundo contemporâneo.

O determinismo financista, que vê como inevitável a prevalência das condutas econômicas indicadas pelo chamado “fundamentalismo de mercado” tem sido incorporado mesmo nos estudos considerados “críticos” sobre o capitalismo recente e essa circunstância fez desses últimos uma espécie de reflexo à esquerda que denota um dos indicadores mais expressivos da força social da cultura disseminada e reforçada pela doxa. Ao bloquear sensivelmente a crítica, essa contaminação obscurece a percepção dos graus de liberdade que o presente oferece às sociedades contemporâneas. Nos termos em que segue a análise temos entreaberta uma janela rara para a observação e teorização das lógicas e circunstâncias de um conflito cultural basilar das sociedades contemporâneas<sup>3</sup>. E, em especial, a observação dos efeitos da crise financeira internacional deflagrada em 2007-8 na maior parte dos países nos conduz à constatação da resiliência da cultura e atavismos produzidos pela razão financeira e seu enraizamento profundo na estrutura das sociedades.

Poderíamos imaginar que a crise seria o bom momento para os setores que deploram o domínio das finanças aumentarem sua influência e reverterem alguns avanços daquela concepção de sociedade na governança dos países. Mas até o final de 2014 constatamos que aconteceu justamente o contrário. A crise financeira deflagrada pelas finanças se transformou numa janela de oportunidade para os setores conservadores das sociedades desvelarem e operacionalizarem sua discordância com os Estados do Bem-Estar social desconstruindo parcelas significativas dessa configuração social. Mais do que

---

<sup>3</sup> E, não por acaso, essa especificidade da situação brasileira sugere caminhos de ação política em outros países e começa a atrair a atenção de autores internacionais identificados com a esquerda do espectro político, como se depreende da entrevista concedida a Cândida Del Tedesco, Carlos Pissardo e Fernanda Cirenza 29/11/2014 10:00, da Revista Brasileiros: “Michael Löwy propõe outra alternativa: o ecossocialismo.” Sociólogo brasileiro (radicado na França, onde realizou o essencial de seu percurso profissional-RG) aponta afinidades entre Weber e Marx e defende um novo tipo de socialismo. (<http://brasileiros.com.br/2014/11/michael-lowy-propoe-outra-alternativa-o-ecossocialismo/>)

isso, a instituir mecanismos de governança que aumentam a concentração de renda em favor das camadas mais privilegiadas da estrutura social, e mesmo dos grupos ultraprivilegiados <http://economix.blogs.nytimes.com/2013/09/10/the-rich-get-richer-through-the-recovery/>; [http://www.nytimes.com/2013/12/04/business/economy/the-americanization-of-european-labor-policy.html?ref=international-home&pagewanted=all&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2013/12/04/business/economy/the-americanization-of-european-labor-policy.html?ref=international-home&pagewanted=all&_r=0). Estes setores são normalmente identificados com os próprios mercados financeiros, que incentivam os políticos a retirar ou pelo menos encolher o manto de proteção social que as sociedades ocidentais construíram passo a passo desde os primórdios dos movimentos trabalhistas e que até pouco tempo atrás eram consideradas como “avanços do processo civilizatório” e por isso considerados inquestionáveis (Grün 2011).

O caso brasileiro mostra um jogo mais dinâmico. Nele os atores dominantes na escala internacional certamente são proeminentes e atacam “downhill” na esfera cultural, mas são ripostados e muitas vezes não conseguem fazer valer seus pontos de vista. E mais do que isso, o período nos brinda mesmo com a extensão dos direitos trabalhistas para setores tradicionalmente excluídos, como os trabalhadores domésticos, “rigidificando” mais um setor da economia, no sentido oposto da “flexibilização” que é recomendada, e mesmo imposta pela doxa<sup>4</sup>. Olhando justamente na perspectiva internacional comparativa, nada menos intuitivo ou esperado. Os “comos” e “porquês” dessa configuração singular guardam um enorme potencial analítico para o entendimento das sociedades contemporâneas como um todo justamente porque mostram dinâmica social e cultural onde parece haver apenas inércia e fatalismo.

Um primeiro ponto é que, sendo os capitais cultural e simbólico incorporados nos indivíduos e setores da sociedade, tais disputas engajam o âmago das estratégias identitárias dos grupos e assim tendem a muito facilmente produzirem “encantamentos” que acabam fazendo com que o objeto escape da esfera da compreensão racional. E tais estratégias só podem ser compreendidas se as consideramos como o prolongamento das disputas internas do espaço cultural da sociedade o qual adquire uma importância que vai muito além das querelas escolásticas que parecem desprovidas de interesse para aqueles que não participam diretamente da “república das letras” ou que desdenhem os seus contenciosos.

A vivência das disputas vai além da esfera que costumamos chamar de “ideológica”. Quando falamos de vivências pretendemos chamar a atenção para as formas de socialização imperantes nos nossos espaços cultural, econômico e político. Indo além da transmissão de doutrinas intelectuais no senso estrito, elas se configuram na inscrição de posturas corporais, maneirismos e atavismos mentais dos indivíduos e grupos neles construídos. Falamos aqui na gênese e desenvolvimento dos habitus sociais que se

---

<sup>4</sup> A hostilidade contra a crítica a essa iniciativa governamental é um poderoso sintoma da retração da doxa no período. A rápida ridicularização daqueles que ousaram criticar essas medidas na imprensa ou nas redes sociais, mostra a alteração do espaço cognitivo para se pensar as questões econômicas e sociais no Brasil contemporâneo. São curiosos os caminhos da astúcia da razão ...

constroem na atualidade e que, como tais, estão longe de se deixarem controlar integralmente pela razão política ou cognoscente, muito menos por cálculos estratégicos inspirados nas técnicas de pesquisa operacional<sup>5</sup>.

A especificação acima permite explicar alguns desdobramentos e configurações pouco previsíveis quando decifrados apenas pelas chaves das razões intelectual, política ou econômica. Indo mais além dos intelectualismos que costumam aprisionar as análises paradoxalmente menos refletidas porque desencarnadas, encontraremos no nosso caminho a famosa doxa dos filósofos e demais interessados na teoria do conhecimento (Lakoff and Johnson 1999). E essa construção social e cultural estável e incorporada no âmago dos indivíduos produz a submissão mental à ordem cultural e social e também às reações sabidamente desproporcionais, mas mesmo assim incontroláveis e disfuncionais que são deflagradas no calor das lutas que estão configurando o Brasil contemporâneo.

### Ortodoxia e doxa

É útil aqui recuperar alguns aspectos da lógica da transformação da ortodoxia em doxa, já que é nessa passagem que se desfaz a idéia, intuitiva, de que estamos lidando com um “sujeito cognoscente racional no manejo de uma situação cultural”, bem como aparecem alguns problemas em denominar de “neoliberalismo” o conjunto de prescrições que circunscreve as práticas econômica e política da atualidade. A ortodoxia é fenômeno explicável no âmbito da esfera cultural como conjuntos articulados de proposições que podem ser explicitadas logicamente, provadas ou, eventualmente, refutadas. Já a doxa nos remete aos modos de dominação, se constituindo num conjunto de apriorismos não só diretamente cognitivos e dificilmente explicitáveis que enquadram, dão sentido e também encaminham soluções consideradas óbvias, ou de bom senso, às mais diversas situações que a vida em sociedade deflagra e resolve. Cada um desses rearranjos retroalimenta a verossimilhança dos outros, já que ocorrem num mesmo espaço cognitivo, cuja lógica e fronteiras são reforçadas pela ação dos correlatos e, corolariamente, a circularidade existente entre a teoria implícita e os equipamentos de comprovação acaba tornando praticamente impossível a sua compreensão explícita e muito menos a sua refutação (Bourdieu 1990).

Os efeitos da circularidade acima, que impõe enquadramentos cognitivos muito sólidos porque implícitos e cada vez mais automatizados, são bem compreendidos na filosofia da ciência (Fleck 1979, Hacking 1983; Douglas 1998). Mas a sua extensão à esfera mais ampla da deliberação social e política, ainda que lógica em termos estritamente intelectuais, se choca com o senso comum. Nesse espaço ela encontra uma idéia concorrente na postulação da existência de uma esfera deliberativa que é soberana e decisiva na governança das sociedades contemporâneas, ainda que apareça e se desenvolva em autores famosos como (Goffman 1986). E é interessante reiterar que

---

<sup>5</sup> Ainda que o ardil da razão imperante nos espaços cultural e político nos induza a crer na possibilidade de compreensão e controle dos jogos sociais nos quais estamos imersos. Uma discussão interessante desse paradoxo em (Rieder 1990).

quando (Bourdieu 1990; Bourdieu 1998) no estudo sobre a dominação masculina faz a sua mais completa análise da doxa a qual, através desse autor consagrado se traslada da esfera da reflexão filosófica para ganhar cidadania na sociologia, nosso autor se aproxima e se apoia explicitamente em (Fauconnier 1999) e em (Lakoff 1996), pesquisadores das ciências cognitivas, que não frequentam a bibliografia tradicional da disciplina e muito menos da sociologia política ou econômica<sup>6</sup>.

No sentido acima é necessário colocar aspas no uso do termo “neoliberalismo” como sendo o sistema econômico, social e político que referencia o capitalismo contemporâneo. Aqui insinuo que essa denominação tende a embutir uma ilusão intelectualista a respeito das formas de dominação imperantes na atualidade. Isso porque a dominação é muito mais um fenômeno afeito à doxa do que à ortodoxia. Sua lógica e pregnância vão bem além da lógica econômica ou política da construção intelectual que chamamos neoliberalismo. No caminho aqui engajado a dominação contemporânea repousa sobre um sistema de metáforas que aproxima as ideias de governo social das entidades políticas ou econômicas à imagem que temos da estrutura hierárquica das famílias, especialmente das famílias tradicionais, regidas pelo paternalismo (Lakoff 1996; Douglas 1998). E talvez as respostas à crise financeira atual sejam a melhor prova dessa proposição, conforme veremos adiante, e lemos diariamente nos noticiários econômicos e políticos internacionais.

#### Lucros e perdas da especificação das formas de dominação contemporânea no Brasil

Nossas elites tradicionais, em especial aquelas consagradas pela posse de capital cultural legítimo, são as guardiãs da doxa e titulares da aferição do seu manejo. Elas recebem enormes dividendos dessa posse, mas ela também impõe algumas restrições. Corrigem, aceitam, ou reprovam as “lições de casa” daqueles que aceitam ou consentem com sua hegemonia, mas se afastar do zelo dóxico é bastante complicado, principalmente para aqueles que se encontram no polo dominante da configuração.

(Boltanski 2009) sugere que uma boa definição “pragmática” das classes dominantes passa pela capacidade dos seus membros de flexionar em proveito próprio as regras que elas mesmas impõem ao resto da população e com a justificativa da compreensão aprofundada do seu significado (p.218). Um momento importante da história recente da imposição da nossa doxa foi o do revés sofrido pela equipe de FHC durante o “apagão” elétrico do final daquele governo. Nele, a virtualidade da compreensão mais profunda foi claramente tentada por Malan e diversos outros atores relevantes do período, mas com resultados que, em princípio, não confirmariam a proposição do autor. Na pegada aqui ensaiada não se trata de impugnar a digressão de Boltanski (cit.) mas de, através do nosso caso do Brasil contemporâneo, sugerir quais seriam as condições do exercício dessa liberdade, normalmente presente, das classes dominantes em relação às regras que elas

---

<sup>6</sup> E fica uma dúvida – e um belo programa de pesquisa - sobre se/como a autoimagem do intelectual produz uma “prática epistemológica” que nos faz aceitar com maior facilidade o peso dos atavismos nas sociologias do corpo do que naquelas que se ocupam das questões intelectuais e políticas.



mesmas institucionalizam e zelam pela obediência. É por isso que os episódios em torno do “apagão elétrico” se constituem num marcador inicial significativo de uma cronologia significativa do enfraquecimento da hegemonia cultural do alto clero fernandista (Grün 2005).

Os diversos grupos do “baixo clero”, que participam como recém-chegados dos espaços cultural e político e a partir desses trunfos se candidatam a galgar posições nas esferas econômica e política apresentam ambiguidades diferenciais em relação à doxa. Na situação de pouco capital cultural confrontá-la diretamente é uma operação social praticamente impossível. É interessante mesmo registrar que esse passo é impensável sociologicamente ainda que, mais uma vez, a razão escolástica nos induza a pensar na “racionalidade” da sua consecução quando, inocentemente, pensamos as ordens política e cultural como independentes. A história cultural dos tempos quentes de confrontação social aguda entre o final do XIX e advento do nazismo nos sugere que alguns grupos serão os transmissores e pregadores mais zelosos da doxa, lucram economicamente com essa intermediação, mas “se submetem” culturalmente, enquanto outros só encontrarão espaço na sociedade se conseguirem flanquear a inércia cultural (Charle 2004; Noiriel 2009). E essa partição, que nosso exemplo demonstra ser empiricamente fundada, sugere que nosso “baixo clero” intelectual pode ser dividido, com virtualidades heurísticas, em dois setores. O primeiro deles agrupando os indivíduos providos de maior magnitude de capital social, que seria uma característica mais comum no jornalismo mainstream e outro desprovido desse trunfo, no qual se localizariam os setores dominados do mundo acadêmico, da criação cultural e o jornalismo dito precário, a enorme galáxia dos “freelancers”, os “frilas” da linguagem indígena (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Freelancer>) que acharam um novo canal de expressão na internet (Grün 2008). Na configuração social que se abriu no Brasil contemporâneo, a homologia entre a posição de precariedade relativa desses últimos setores em relação às elites dominantes nas suas esferas e no campo do poder e a posição geral dos setores literalmente precários da sociedade brasileira será um deflagrador e nicho importante de produção cultural, econômica e política adequadas como mensagem dos precários nos espaços das elites na direção daqueles “subproletários” que seriam as bases do que se convencionou chamar recentemente de “lulismo” (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Lulismo>).

O esquema paradoxal se esclarece quando se leva em conta que na indústria cultural, no mais das vezes o rendimento econômico associado às novidades se concentra na sua difusão & intermediação e não na sua concepção. Aos produtores de novidades culturais a sociedade costuma outorgar principalmente os rendimentos simbólicos dos seus feitos. É pouco, e mesmo incompreensível para quem está fora do círculo intelectual, mas condição mesma para a existência daqueles que estão dentro, foram socializados e incorporaram o habitus do campo cultural. E, além disso, o passaporte para o campo do poder costuma estar situado muito mais na tradução e divulgação das problemáticas intelectuais para a linguagem cotidiana da economia e da cultura do que na sua produção propriamente dita como sugere o esquema derivado de Marx que (Bourdieu 1992) utiliza na sua análise da relação entre produção cultural destinada ao consumo erudito e aquela que visa a

apropriação popular. Na esfera intelectual esse papel pode ser considerado secundário, mas ele é mais bem avaliado nos outros espaços da sociedade. No limite tal configuração se estabiliza pela muito provável deflagração de lógicas identitárias em que os grupos mais providos de capital cultural estarão predispostos a prezar mais as recompensas estritamente intelectuais, enquanto aqueles mais dotados de trunfos sociais preferirão as glórias mundanas e se sentirão recompensados e reconfortados pelo rendimento econômico e político da sua atividade cultural.

Nas condições do espaço cultural do Brasil que começam a se esboçar nos anos 1980 a atual elite intelectual se firmou enquanto importadora e intérprete legítima da ortodoxia econômica e política imperante nos países centrais. Desde então, esse conjunto de proposições passou a ser chamado de “neoliberalismo” pelos seus adversários, enquanto que seus proponentes e partidários as chamam de “racionalidade econômica”<sup>7</sup>. E fica evidente que em torno dessa nomenclatura se arma um jogo social que vai muito além dos “preciosismos” das disputas intelectuais. Afinal, a denominação prevalecente num determinado período produz a legitimidade de algumas condutas dos agentes econômicos e do governo e a impossibilidade do termo oposto e das condutas econômica e política que dele decorrem (Oliveira 20/03/2002).

Nas teodicéias tornadas públicas, autorizadas e recebidas de maneira consagrada no que poderíamos chamar acriticamente de “opinião pública” (Oliveira 20/03/2002; Gois 21/02/2006; Ciro Biderman and Malan 1996), e por isso aqui repertoriadas, sua contemporaneidade em relação à teoria econômica legítima no âmbito internacional foi o grande trunfo anunciado pelos nossos tenores da “racionalidade econômica”<sup>8</sup>. Ele foi gerenciado para se impor na cena nacional e esse aspecto teria diretamente a ver com o manejo diferencial de habilidades matemáticas e linguísticas, as quais remetem a uma socialização escolar e familiar prévias também elas elitizadas, que distinguem esse grupo daqueles que poderiam ser seus concorrentes no debate público (Grün 2013).

O conjunto de distinções se corporificou na institucionalização de escolas de economia e mesmo de trajetórias escolares prévias que garantem e consagram as trajetórias individuais e assim reforçam ainda mais o prestígio das instituições escolares (Dias 08/12/00; Oliveira 20/03/2002; Ciro Biderman and Malan 1996). Esse diferencial alimentou e posteriormente retroalimentou a posição dos importadores legítimos os quais, por sua vez, instalaram a versão nacional da disjunção entre as esferas social e econômica própria da ortodoxia contemporânea [http://puc-riodigital.com.puc-](http://puc-riodigital.com.puc-riodigital.com)

<sup>7</sup> E seria interessante um esclarecimento histórico sobre a relação desse “neoliberalismo” predicado pelos hegemônicos do momento com as diversas tonalidades de mercantilismo esposadas pelos portavozes das razões mercantis e financeiras (em contraposição às agrárias e industriais) do Brasil de outrora, como os “caixeiros portugueses” do Recife colonial e os comissários do café do Império e I República (Mello 1995; Faoro 1958).

<sup>8</sup> E qualquer semelhança semântica dessa “racionalidade econômica” com a expressão “organização racional do trabalho” que envelopou a importação do taylorismo no Brasil dos anos 1920-40 não é, evidentemente, nenhuma coincidência e merece análise.

[rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=7267&sid=56](http://rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=7267&sid=56). Dado esse passo, a sociedade brasileira começa a ser enunciada, e depois entendida, a partir da retórica economicista imperante no mainstream do chamado I Mundo, que se tornou a medida para todas as coisas, se estabilizando e que foi se enrijecendo em doxa (Desrosières 1989; Grün 2013). Temos então que a conexão das elites tradicionais com a ortodoxia econômica se corporifica e se inscreve na justificativa moral de suas trajetórias e, por isso, vai além dos interesses materiais que estão incluídos e protegidos por ela, ainda que, evidentemente, passe por esses.

### O específico da cronologia brasileira

Um aspecto interessante, e elo importante dessa estabilização institucional, é que o período analisado foi cronologicamente muito próximo do ocaso da ditadura militar. Naquele momento a crítica ao que foi chamado na época de “poder desmesurado dos tecnocratas não eleitos” foi um dos argumentos mais contundentes dos grupos que se opunham àqueles governos considerados autoritários e dos quais os “tecnocratas” seriam a mão técnica que viabilizaria os projetos políticos considerados intrinsecamente espúrios. E ela também refletia uma tendência internacional da crítica social e filosófica do período. Nele a Escola de Frankfurt era referência obrigatória tanto nas Ciências Sociais quanto na administração pública, formulando e questionando a “gaiola de ferro” do burocratismo dotado da racionalidade formal que garantia a eficácia de políticas não dotadas da racionalidade substantiva que garantiria a sua adequação social e ética<sup>9</sup>.

Entretanto o novo poder do alto clero intelectual e econômico continuou sendo considerado legítimo mesmo quando, a partir das eleições presidenciais de 2002, foi destituído da legitimidade eleitoral. Isso quis dizer que as suas receitas, inquestionáveis, para os problemas do Brasil foram denominadas de a “lição de casa” que os seus sucessores petistas deveriam implementar se quisessem ser aceitos pelas elites tradicionais e pelos setores do mundo cultural que vocalizam suas preferências e ditames.

Nosso alto clero dispunha da autoridade intelectual irrestrita já que a ninguém ocorreu aproximar essas exigências, formuladas peremptoriamente como “lição de casa” daquelas postulações, então deslegitimadas, formuladas pelos “tecnocratas” dos anos 1960. Mais precisamente, ninguém aproximou essa manifestação de poder destituída de legitimidade eleitoral de usurpação da legitimidade primeira, que deveria ser a das urnas se continuassem valendo os critérios da crítica à ditadura. A constatação desse paradoxo permite questionamentos tanto na especificação dos poderes concretos do capital cultural em esferas que não são explicitamente controladas por ele, quanto mais diretamente a respeito das formas e ordens de legitimidade operantes nas sociedades contemporâneas. E ele também suscita uma análise, a ser ainda feita, sobre a importância e as formas da

---

<sup>9</sup> (TRAGTENBERG 1974; Cohn 1979; Motta 2001) foram textos e autores importantes da época, dentre outros motivos, porque foi através deles que as problemáticas “frankfurtianas” chegaram à administração pública brasileira.

deslegitimação estritamente cultural na hierarquia entre as razões que contribuíram para a erosão do poder político que criamos estar nas mãos dos militares.

Boa parte dos críticos dos “desmandos militares” se tornaram os mandarins da nova ordem simbólica e talvez aí resida um dos segredos da opacidade de seu poder cultural para o qual, é merecido cunhar o título neológico de “trans-eleitoral”, para fixar nossa atenção sobre o paradoxo. Notemos que os indivíduos mais velhos da equipe de FHC, como Pedro Malan e Edmar Bacha e o próprio antigo Presidente aderiram à ortodoxia depois da queda do regime militar. Em seu começo de carreira e início de ganho de notoriedade foram participantes ativos da contestação ao estilo de desenvolvimento implantado pelo regime militar, que seria excludente em relação a largas parcelas da população e levava a um processo de distribuição de renda considerado iníquo. Vemos assim que a adesão à família intelectual a que pertence a atual ortodoxia econômica por parte desses atores foi solidificada recentemente e que seu capital simbólico foi acumulado na esteira da contestação à versão anterior de ortodoxia econômica<sup>10</sup>.

Uma análise feita exclusivamente a partir da história das ideias teria dificuldade de interpretar tais transformações. Mas a análise a partir da ideia de estrutura de capitais desassocia a posse de capital social e cultural do manejo exclusivo de doutrinas específicas. Ao contrário, ela prevê que a posse desses trunfos culturais tornados políticos, principalmente quando mesclados com boas doses de capital social, irão predispor os indivíduos, desafiantes no início das suas carreiras e de sua cronologia pessoal, a se reequipar intelectualmente em direção às tendências ascendentes que se tornariam dominantes a partir da segunda metade dos anos 1980. E é também interessante notar que esse capital simbólico inicial de Malan, Bacha e outros membros mais velhos dessa equipe, como Lara Rezende e Pérsio Arida, obtido na contestação dos governos militares no período anterior, acabou atestando as credenciais dos membros mais jovens desse grupo, como Armínio Fraga e Gustavo Franco. E, corolariamente, da escola de economia da PUC-RJ donde são majoritariamente egressos, depois de também passarem pelos colégios de elite do Rio de Janeiro, o Santo Inácio em primeiro lugar. E assim se inicialmente essas instituições escolares emprestam a sua legitimidade ao grupo, num segundo momento o sucesso desse conjunto de egressos rebate nelas, acrescentando-lhes capital simbólico e assim assegurando a continuidade da sua posição de prestígio (Grün 2013). Essa circunstância não é fortuita se analisada a partir da lógica do espaço cultural e sua interação com o econômico e político. É também interessante notar que tais credenciais habilitam os membros desse grupo a se transformarem, e serem reconhecidos, como a vanguarda do espaço financeiro e a recolher enormes rendimentos econômicos dessa identificação. Os capitais culturais e sociais pavimentaram o caminho em direção às elites econômicas desses agentes, que assim se transformam em referência central para as elites tradicionais e os inscreve duravelmente no campo do poder como portadores das

---

<sup>10</sup> E essa característica singulariza a história recente brasileira quando a comparamos ao case study internacional, que é o chileno, em que os “Chicago boys” eram bem identificados com a ditadura militar dos anos 1970-80 naquele país, “embaçando” nossa percepção imediata (Dezalay & Garth, 2002).

“boas qualidades” prezadas por nossas elites, nas suas mais diversas dimensões (Dias 08/12/00; DÁVILA 18/01/2004).

Ainda que numa sociedade democrática a relação entre o poder intelectual e o poder político seja bem diferente daquela imperante nas sociedades do Ancien Régime para as quais a expressão “baixo clero” foi cunhada, alguns aspectos são invariantes e eles guardam virtualidades heurísticas. Uma delas é a divisão funcional do trabalho intelectual entre alto e baixo clero. No exemplo histórico paradigmático o alto clero produz, seleciona e julga a nobre Teologia e cabe ao baixo clero divulgá-la sob a forma de catecismo junto aos seus paroquianos. O esforço de criação dos pequenos religiosos só pode ser aplicado na simples adaptação da mensagem vinda do alto à linguagem e cultura específicas dos grupos de indivíduos subalternos que compõem o “rebanho” de cada paróquia. Mesmo os breviários para esse uso cotidiano devem passar pelo crivo do alto clero (Gangneux 1959).

Nas situações contemporâneas assistimos diversos equivalentes funcionais da divisão. No Brasil, a partir do grito de guerra de (Giannotti 1986) costumamos assumir que o atual “baixo clero” seriam os estratos menos privilegiados do professorado e dos cientistas e, por extensão, os setores inferiorizados dos políticos e demais membros não dominantes das diversas profissões. Mais recentemente essa estratificação tem também abarcado os processos de difusão cultural e seus atores. Boa parte das antigas funções do baixo clero estão sendo preenchidas pelas ondas sucessivas de profissionais e novas tecnologias de comunicação, os jornalistas e diversos outros comunicadores já profissionais ou, provavelmente, a caminho disso, que executam as tarefas de transmitir aspectos e principalmente o enquadramento cognitivo da cultura dominante para as camadas menos favorecidas nos aspectos cultural e especificamente no econômico (Bourdieu 2011).

Podemos agora falar na pertinência de analisar a difusão das ideias econômicas, políticas e morais das elites rumo aos segmentos mais numerosos da população dos países através dos modelos da “câmara de eco”. Neles os comunicadores ecoam as formulações eruditas, formatando-as e as espalhando de acordo com as especificidades de cada subgrupo da sociedade. Tendo em vista as características culturais que são próprias dos seus respectivos grupos-alvo, os comunicadores envelopam a cultura dominante na linguagem e sistemas de referência que fazem sentido para os segmentos sociais, religiosos, de gênero ou etários com os quais estão em sintonia. E o fazem normalmente veiculando as soluções conservadoras para os dilemas sociais e econômicos legitimando-as a partir do uso sistemático de uma antropologia filosófica pessimista análoga, senão coincidente, àquela que está implícita na teoria econômica mainstream (Jamieson and Cappella 2008).

Uma nuance do modelo é que a divulgação se torna parte de um processo retroalimentado. Temos então a produção do bom senso na circularidade popular & erudito. Nele a comunicação popular retorna ao universo erudito como sabedoria popular cuja obviedade reforça a pertinência da análise ortodoxa no sentido de considerá-la expressão do bom senso “óbvio” imperante na sociedade, se não mesmo “natural” e dessa forma acabam sendo produzidas rodadas sucessivas de reforço mútuo. E assim o bom

senso das elites vai progressivamente se transformando no senso comum da sociedade e adquire a forma resiliente de doxa.

No Brasil contemporâneo a tendência mais geral adquiriu uma forma central, precisa e bem especificada na justificação dos juros altos imperantes na economia. A tese erudita da “insegurança jurídica” propalada pelos economistas e juristas ligados ao mainstream entrou em sintonia com o popularesco “complexo do cão vira-latas” que foi cunhado por (Rodrigues and Castro 1993), na qual cada uma das formulações ajudou a fazer aceitar a outra criando uma espiral de legitimação cruzada<sup>11</sup>. E um dos pontos mais relevantes dessa circularidade é que ela contribui decisivamente para a dessensibilização dos formuladores e aplicadores das políticas econômicas ortodoxas em relação aos problemas sociais provocados por sua prática profissional, a exemplo do que (Thompson 1993) já havia notado para o doutrinamento dos funcionários do Colonial Office inglês através da teoria econômica clássica.

O Brasil não é mais o mesmo:

#### Divisão do trabalho cultural e dominação simbólica

O conjunto simultâneo e análogo de possibilidades no espaço cultural produz uma configuração muito diferente na relação entre a mídia e o espaço intelectual e que está justamente em oposição às pretensões dos desafiantes. Aí os caminhos são outros, mas a contranarrativa também irá se estabelecer, ainda que de forma mais claudicante e com nuances mais evidentes para os participantes da “República das Letras”.

Intuitivamente não parece fazer muito sentido considerar a mídia um subespaço cultural dominado quando sabemos que seus atores são dominantes pela escala do capital econômico quando comparados com os intelectuais tradicionais, grupo de que os cientistas que se ocupam das humanidades talvez sejam no momento o exemplo mais significativo. Mas ainda assim vale a pena, heurísticamente, retomar uma tradição de se considerar os jornalistas e suas empresas como o oposto do mundo da alta intelectualidade, como fizeram diversos autores mais ou menos imersos na contenda desde o século XIX e até o presente e dos quais Gramsci talvez seja a principal referência histórica e Bourdieu e Bouveresse, enquanto comentadores de Kraus, são referências contemporâneas.

A acusação à imprensa como a serviço das alas conservadoras do pensamento dominante é um tópico da crítica social desde Balzac e constantemente reatualizado (Bourdieu and Bouveresse 2000; Bouveresse 2005; Kalifa 2007; Grün 2014). Ressalte-se que essa posição está enraizada nas realidades econômica e dos constrangimentos específicos da organização do trabalho midiático (Tuchman 1978). Na especificação brasileira da cena os mecanismos de negação da crítica agem na produção do ponto de vista que enxerga

<sup>11</sup> Desenvolvo sistematicamente esse argumento em (Grün 2007).

essa situação como a realização mesma da liberdade de imprensa e a ação dos críticos como movida por inconfessados impulsos autoritários e rancorosos e por isso sumariamente rejeitada.

O ritmo cotidiano e os efeitos da concorrência levariam a imprensa a uma agenda e forma de tratamento que buscaria a linha de menor resistência cultural e no mais das vezes a abraçar o conservadorismo. Esse caminho seria validado justamente pela observação dos concorrentes os quais, submetidos aos mesmos constrangimentos, teriam padrões ideológicos semelhantes – o “agenda setting” das pautas decididas a partir da necessidade de alcançar ou ultrapassar a concorrência. Numa situação de autonomia, a crítica externa a esse circuito profissional seria facilmente descartada, não havendo espaço para questionamentos audíveis. Pensando a partir da autonomia, os modelos de câmara de eco deixam implícito que a eficiência ideológica desse modelo repousa numa situação, de facto, de monopólio de influência senão para a sociedade como um todo, pelo menos para os setores especificados<sup>12</sup>. Se essa situação for significativamente alterada a imposição das linhas ideológicas fica comprometida e é fácil depreender que a quebra de monopólio irá deflagrar questões identitárias naqueles por ela prejudicados. Não é, portanto, surpreendente que a imprensa estabelecida critique de maneira permanente e incisiva aqueles que impedem ou relativizam a sua influência. No caso brasileiro é marcante a reserva e a agressividade exibida contra os religiosos e políticos pentecostais que cultivam sua clientela nas camadas menos favorecidas da população e, mais recentemente, também contra os “blogueiros sujos” que a contestam no espaço da juventude e dos grupos mais conectados aos suportes telemáticos. No modelo que desenvolvemos, tais novos atores podem ser enquadrados como membros do baixo clero intelectual. E o aparecimento e ação desses personagens, engendrados e desenvolvidos fora dos circuitos legitimados de influência cultural e social nos predispõe a catalogá-los como dispendo de pouco capital social. Afinal, se de um lado os punhos dos pastores de almas e votos ostentam abotoaduras douradas ao invés das extremidades puídas de outrora, do outro é indisfarçável que sua loquacidade soe farsesca a ouvidos treinados no espaço intelectual e nos outros mundos das elites.

No modelo norte-americano de Jamieson o conteúdo da pregação conservadora escorre pelos dutos sociais, percorrendo um caminho que iniciado nos editoriais do Wall Street Journal e chega nos “talk radios” locais. Esses editoriais são expressão de entendimentos da realidade produzidos e reproduzidos por economistas neoclássicos universitários e ideólogos dos think tanks conservadores daquele país. E seu impacto maior é sobre os homens maduros da baixa classe média, protestantes e não possuidores de diploma de nível superior<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> No caso norte-americano através da circularidade e reiteração existente entre a pregação estritamente religiosa pentecostal e o conservadorismo político e econômico republicano que se corporificou a partir de Goldwater ( Skocpol e Williamson 2012).

<sup>13</sup> Mas ver também Skocpol, cuja pesquisa mais recente põe nuances nessa segmentação sem descartar o esquema geral da difusão. Prior (2013) trilha caminho análogo a Skocpol denotando que

No caso brasileiro temos assistido uma disputa feroz pela influência popular, na qual a mídia tradicional parece ter perdido parte do seu capital simbólico a se julgar pelos resultados das eleições presidenciais nas quais os candidatos por ela apoiados têm acumulado derrotas. Outro sintoma indireto é a própria discussão sobre os impactos da internet nas atividades dos jornalistas e nos modelos de negócios das empresas que os empregam. De um lado assistimos ao engajamento cada vez mais direto ao lado dos grupos politicamente próximos a Cardoso <http://oglobo.globo.com/politica/entidades-de-imprensa-fecomercio-estudam-ir-ao-stf-contra-plano-de-direitos-humanos-3037045> (FARAH 18/03/2010). Do outro, à negação sistemática das prioridades e formas de ação política dos governos liderados pelo PT, que não por acaso se confunde com a crítica aos “disseminadores de boatos” e aos “blogueiros sujos” que personificam a própria quebra do que (Bourdieu and Bouveresse 2000), calcados em Kraus, chamaram saborosamente de “monopólio da difamação legítima”.

A prevalência da lógica cultural que preside as restrições impostas aos movimentos do baixo clero no espaço cultural faz que o ataque às políticas heterodoxas e seus agentes acabe virando um dogma cada vez mais endurecido. Nele o sem dúvida relevante rendimento monetário da atuação midiática não explica o posicionamento político. Pelo contrário, dado o enorme peso da publicidade governamental nas receitas das empresas, a atitude de oposição sistemática e declarada se constitui num risco econômico. Vemos então que o ataque sistemático contra aqueles simplórios impertinentes que estão ocupando funções governamentais muito acima de suas reais possibilidades, bem como daqueles “losers” que os defendem nas novas mídias é uma necessidade expressiva. E isso por mais que esse ato temerário ponha em risco o próprio modelo de negócios da mídia e indiretamente mostrando um pouco intuitivo grau de autonomia das pulsões culturais e sociais, mesmo nos setores nos quais pensaríamos que tais atributos estariam integralmente subordinados à fria razão econômica.

#### Guerra cultural à brasileira:

##### A imposição da lição de casa e suas fugas

O modelo norte-americano alimenta a discussão da possibilidade da existência de uma guerra cultural dividindo aquele país em metades inconciliáveis. Ele foi sugerido inicialmente por (Hunter 1991) e supõe-se que essa disputa esteja espraiando para o Brasil. Teríamos então um grupo conservador que seria aquele tocado pela pregação acima, na qual a rede Fox e a religiosidade estrita, especialmente a pentecostal, teriam influência máxima; e no seu oposto um grupo lá chamado de liberal, que abraçaria as causas normalmente identificadas como as do progresso social e de costumes. A crítica empírica e teórica robusta a partir de diversos indicadores demonstra que tal clivagem funciona plenamente apenas no subuniverso dos empreendedores midiáticos, políticos, religiosos e morais, sendo que o eco na população não envolvida profissionalmente nas

---

essa apreciação disjuntiva entre as atitudes das elites e da população e geral seria o caso mais esperado, ambos corroborando DiMaggio no quesito que ora examinamos.



contendas seria muito menos polarizante do que as pregações propriamente ditas (Williams 1997; DiMaggio 2003; Rieder and Steinlight 2003; Prior 2013). É interessante que essa crítica à idéia de guerra cultural faz deslocar o problema da sociedade como um todo para a esfera mais precisa daqueles que têm os capitais cultural e simbólico como principal atributo distintivo. E mostra assim uma curiosa cegueira institucional na qual os agentes culturais atribuem generalidade social às suas próprias contendas profissionais e identitárias. Filosoficamente, lembramos o caminho da crítica moderna à prática científica, recuperado, que levou de Nietzsche a Robert Musil, na qual os autores sugerem que sempre “a vida prepondera sobre a razão” seja essa última mesmo a razão científica (Bouveresse 2006, p.26). Sociologicamente, reforça a pista da homologia.

Sobra então a explorar a divisão do trabalho de dominação, a relação funcional entre alto clero e jornalismo e indiretamente a fisiologia da lição de casa. Nesse tópico a situação brasileira nos brinda novamente com uma janela empírica de oportunidade intelectual. No período que começa com a eclosão do escândalo do “mensalão” e que permanece no governo Dilma, observamos uma intensa polarização na qual se sugere que o escândalo em pauta nada mais seja do que o braço de uma conspiração das elites tradicionais, instrumentada por braços do judiciário e principalmente pela mídia mainstream, agora rebatizada como PiG – Partido da imprensa Golpista (Grün 2014). Repetindo uma configuração que teria ocorrido em 1954 no final do governo constitucional de Vargas e também às vésperas do golpe militar de 1964, o jornalismo mainstream brasileiro teria uma inata vocação golpista e de defender os interesses das elites tradicionais. Uma vez aceita essa linhagem infamante, o jornalismo brasileiro estaria longe de representar a opinião pública do país na forma em que ele mesmo se representa e no mais das vezes consegue fazer a sociedade aceitar. E a consequência imediata da impugnação do nosso autoproclamado 4º Poder é a desnecessidade de enfrentar seus julgamentos ou daqueles que se crê foram influenciados pelo jornalismo – o do “mensalão” em primeiro lugar.

No nosso esquema explicativo a elucidação da uma possível “Verdade” da conspiração da mídia contra o progresso social é irrelevante. Procurá-la é uma armadilha cultural, um ardil da razão que ajuda a manter a obscuridade necessária para que os processos sociais e culturais operem eficientemente. Já a elaboração de um material dotado de consistência interna e viabilidade na construção de referências identitárias para construir uma narrativa que se oponha àquela que desvaloriza os feitos e trunfos dessa parcela destituída de capital social do nosso baixo clero, esse sim é um dado relevante. Como na sociologia da religião, é aqui mais produtivo olhar para os efeitos sociais da crença do que procurar definir ou questionar a existência da divindade invocada pelos crentes.

Em realidade, a operação fundamental do poder de estado e do poder sobre o estado (e agora “estado”, por ser objeto de uma operação de dessacralização, precisa ser grafado sem maiúscula) depende da capacidade dos diversos grupos em disputa em estabelecer a sua versão da história e da atualidade como a “Verdade”. Assim, os usos sociais da “verdade” tornaram totalmente encantada a sua busca ingênua. Mais do que isso, ele desloca o problema para a esfera intelectual e sociologicamente mais factível dos “regimes de verdade” de Foucault, que não por acaso são seguidos posteriormente em

autores e obras de peso considerável (Foucault, Defert et al. 2001; Boltanski 2012; Bourdieu 2012). Consequentemente, na nossa chave explicativa, a disputa pelo significado de fatos considerados relevantes, ou postos em relevo, se torna a principal pista empírica a ser seguida.

No Brasil contemporâneo assistimos diversos episódios que permitem seguir o gênero de análise que estamos propondo e que começa a ganhar corpo como tendência intelectual (Grün 2006; Grün 2008; Skocpol and Williamson 2012). Eles têm lógicas internas de disputa diferentes, mas todos remetem a nosso problema original, que é o da construção, ou da impugnação, de uma narrativa alternativa que justifique o lugar dos novos grupos no campo do poder e nas elites em geral. Nessa chave reencontramos a divisão do trabalho de dominação, na qual o jornalismo mainstream se diz pressionado no seu modelo de negócios e mesmo na sua sobrevivência pelas novas mídias ligadas à internet. Mas é fundamentalmente acusado de atentar contra a democracia por impugnar o que os partidários dos governos petistas acreditam serem os avanços significativos das condições sociais e econômicas do país, produzidos atualmente. E a possível ultrapassagem do modelo de negócio da mídia mainstream contemporânea que seus tenores reputam como risco mortal é enxergado com sinal contrário por aqueles que veem o predomínio dela como conspiração contra os interesses e anseios populares. Aqui a imputação de uma necessidade econômica de manter cativo o mercado de notícias e, principalmente, das suas interpretações legítimas. Ali a imputação recíproca que se configura nas diversas denúncias apontando a parcialidade antigovernamental da mídia tradicional. E é interessante notar que essa configuração termina por gerar um belo par mitológico contemporâneo na contraposição “mensalão x PiG”, fantasmagórica aos nossos olhos científicos mais treinados para observar objetividades flagrantes e a relevar pistas pouco legítimas cultural e politicamente. Entretanto, elas são construtos sociais a serem elucidados e artefatos cuja explicação é incontornável já que se trata de nexos fundamentais da análise do presente cultural e político (Grün 2014).

A tensão se mostra no exame das várias questões em disputa nas quais aparecem entendimentos não pacificados sobre diferendos de grandes proporções para a população e em especial, para o estrato intelectual da sociedade. Mais do que cada disputa nela mesma, vemos uma sequência interrupta de contenciosos nos quais as colunatas se formam e se mantêm. Entendimentos sobre os problemas das cotas, do mensalão, da expansão universitária pública rumo a áreas menos centrais, da substituição do sistema tradicional dos vestibulares de ingresso na universidade, todos eles acabam fazendo perfilar as mesmas geometrias. Eles denotam a cristalização dos “partidos culturais” que refletem também as divisões políticas básicas que podem ser percebidas a partir das listas de apoio aos candidatos das eleições gerais a partir de 1994 bem como dos abaixo-assinados referentes às questões que dizem respeito aos diferendos que passam pelas questões acadêmicas e culturais.

Os “partidos culturais” ganharam uma expressão direta em dois eventos simultâneos e contrapostos no início de 2010. De um lado o chamado “Partido da Imprensa”, que se reuniu no colóquio "1º Fórum Democracia & Liberdade de Expressão", organizado pelo

Instituto Millenium, fortemente apoiado pela associação dos proprietários de jornais (<http://portalimprensa.uol.com.br/portal/agenda/2010/02/18/imprensa33824.shtml>; <http://www.imil.org.br/>). Simetricamente, tivemos a “1ª Conferência Nacional de Comunicação” ( <http://www.confecom.gov.br/> ) convocada por setores do governo e apoiada por diversos setores que criticam a mídia tradicional.

Num primeiro olhar, parece que estamos assistindo a emergência de um novo segmento de atores e de tecnologias midiáticas tentando ocupar parte do espaço tradicionalmente preenchido pela mídia mainstream. Esse novo grupamento seria revolucionário e faria com que, finalmente, a verdade sobre o Brasil contemporâneo viesse à tona. Mas o enunciado heroizante se elucida quando vemos que mais do que “empoderar as massas” as novas mídias fornecem plataformas de reconversão para jornalistas e comunicadores outrora ocupantes de posições dominantes no campo e que foram defenestrados num processo que muito teve de substituição geracional. Eles perderam espaço no jornalismo tradicional e as novas possibilidades de expressão se tornam o espaço da sua reconversão profissional a qual, não por acaso, é acompanhada por um deslocamento e radicalização política rumo às posições daqueles que estão em confronto com a mídia tradicional e dominante no campo. Olhando por esse ângulo, vemos empiricamente que tanto o enrijecimento ideológico da imprensa quanto a exacerbação da crítica à sua atuação aparecem como ação e reação em torno de um feixe de estratégias profissionais recíprocas de defesa, fechamento e tentativa de (re-)abertura do espaço, explicável em grande parte por uma chave de sociologia da cultura e das profissões<sup>14</sup>.

Vemos então como funciona a homologia entre a posição dos setores dominados do espaço cultural e político no campo do poder e aquela ocupada pelas classes subalternas na sociedade como um todo. A configuração se enquadra na chave explicativa

---

<sup>14</sup> (Bichoffe 2013) faz uma análise sistemática dessa configuração a partir da emergência e temática dos “blogueiros sujos”. Em GRÜN, R. . Guerra cultural e transformações sociais: as eleições presidenciais de 2006 e a "blogosfera". Sociedade e Estado, v. 23, 2008.( [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922008000300005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922008000300005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)) tento uma primeira aproximação ao tema. A título de exemplo, poderíamos observar a carreira do jornalista Paulo Moreira Leite, transitando de posições de destaque na imprensa mainstream para posições cada vez mais exteriores a esse sistema e mais identificadas com a sustentação dos governos petistas, conforme se depreende de sua biografia profissional (<http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=12550>). A observação das trajetórias profissionais de Luiz Nassif (<http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=86>), Paulo Henrique Amorim (<http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=9695>), Luiz Azenha (<http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=204>) e outros personagens de destaque que têm transitado nesse espaço durante os governos petistas confirmam a tipicidade do percurso. Uma variante congrega membros da mesma geração e percursos profissionais iniciais análogos mas que assumiram responsabilidades diretas nos governos petistas, guardando forte interlocução com os membros do primeiro grupo. Ela engloba, entre outros, Franklin Martins (<http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=17096>), Bernardo Kucinski (<http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=14059>) e Ricardo Kotscho (<http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=30>), entre outros.

desenvolvida por (Bourdieu 1984) como um exemplo contemporâneo da homologia entre os conflitos que atravessam a esfera intelectual da sociedade e aqueles que, potencialmente, podem dividir a sociedade como um todo. O polo dominado da esfera intelectual tende a se identificar com os setores subalternos da sociedade, adotando uma retórica e mesmo tomadas de posição políticas e ideológicas extremas, como no caso dos intelectuais subalternos (–izados) da França no maio de 1968 estudados pelo autor.

#### Entre “golpistas” e “rancorosos”

Mas a versão prevaiente da configuração político-intelectual que examinamos tem menos sociologia embarcada e, bem ao contrário, é refratária a vários aspectos desse gênero de objetivação. Ecoando a temática conspiratória, bastante difundida na atualidade internacional (Boltanski 2012; Maler 2012), vemos os grupos que suportam os governos petistas cerrarem fileiras em torno daquele propósito e na oposição às lideranças intelectuais reconhecidas pelo jornalismo mainstream, o outro lado desse baixo clero teórico<sup>15</sup>. Parece então lícito e necessário dizer que a demonização dos adversários é condição mesma para a ação social e política eficiente de agrupamentos subalternos como o que escora os governos federais petistas.

Olhando pelo lado da imprensa estabelecida, a crítica à sua atuação tida como enviesada a favor dos críticos dos governos petistas é enxergada como a manifestação do rancor daqueles que não conseguiram se estabelecer no universo bem constituído. Os “rancorosos” podem ser os freelancers precários ou aqueles que perderam o lugar em períodos anteriores e “não tiveram competência” para se reinserirem nas posições “legítimas” do espaço midiático. Esses últimos conspurcariam o jogo profissional legítimo da imprensa enquanto espaço autônomo, uma vez que tentariam se amparar nesse baixo clero identificado com o petismo, ou mais recentemente, com o “lulismo” e através desse anteparo ilegítimo, recuperar suas posições profissionais e o prestígio no mesmo espaço.

Notemos que a temática do rancor do pequeno intelectual que espera receber da sociedade mais do que ele realmente merece é um tópico tradicional da crítica aos recém-chegados ou pretendentes. Ela tem uma forma acabada em Scheler, autor central nas análises da desestabilização da realidade pelos intelectuais subalternos revoltados e pode ser mesmo considerado um elo central que liga a narrativa tradicional àquela que observamos contemporaneamente (Boltanski 2012). Na sua apropriação atual observamos que o rancor, emoção inerentemente destituída de grandeza, deslegitima qualquer crítica cuja motivação possa ser identificada com ele, por mais pertinente que ela possa ser considerada no abstrato da sua formulação intrínseca. Nesse diapasão a crítica, mesmo

---

<sup>15</sup> Elegendo o jornalista Merval Pereira, comentarista diário de diversos veículos da rede Globo e membro recém-eleito da Academia Brasileira de Letras como uma espécie de Judas que personificaria a superficialidade e má-fé do jornalismo mainstream, apreciação evidentemente oposta àquela dos que conferiram ao articulista da rede Globo a condição de “Acadêmico” (<http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=9689>).

certeira, acertaria o alvo por acaso, como um tiro dado a esmo que não qualificaria seus autores, muito menos mereceria uma resposta circunstanciada. Ainda que esse argumento não pareça sensato visto de fora das paixões alimentadas pelas disputas travadas pelos profissionais da mídia ele equipa os mainstreamers a simplesmente ignorar os críticos. É assim que num ambiente polarizado pela disputa intensa a crítica é descartada antes mesmo de ser avaliada e o mais interessante sociologicamente é que tal procedimento é considerado legítimo no espaço do poder constituído, ainda que desespere os desafiantes e choque a razão escolástica informada simplesmente por argumentos “objetivos”.

#### Das diversas maneiras de se prescrever a “lição de casa”

Uma questão considerada muito importante na atualidade e que se configura numa excelente entrada para nossa discussão dos poderes “trans-eleitorais” é aquela da independência dos Bancos Centrais. Faz parte da doxa que eles devem ser independentes do poder político aferido pelas urnas, uma vez que a lógica da preservação do valor da moeda admitiria apenas uma gestão técnica e unívoca que não poderia estar sujeita aos ventos das preferências eleitorais momentâneas. E técnica aqui significa postular existência de um best way de política monetária que seria aquela que encorajasse os poupadores e investidores ao assegurá-los da estabilidade do valor da moeda no tempo. A centralidade desse problema que divide a sociedade, tanto na esfera cultural quanto na econômica, conferem-lhe o papel de indicador relevante da força relativa dos dois setores da sociedade e assim da dinâmica social do período analisado.

Corretas ou não, a afirmação da necessidade da “gestão técnica” da política monetária e de suas consequências na esfera fiscal e na repartição do produto social como um todo, são repetidas ad nauseam pelos economistas ortodoxos e pela imprensa que os ecoa. Em épocas “dóxicas” ela vira bom senso e ganha verossimilhança. Como constitucionalmente no Brasil o Bacen não é independente, momentos considerados de dificuldades econômicas são adequados para fazer a pregação desse aspecto que se considera como uma incompletude da estrutura jurídica e econômica brasileira. Numa versão maximalista se diz que a Constituição deve ser mudada para contemplar essa exigência. Na versão mitigada mais frequente a independência de fato do Bacen seria parcialmente assegurada pela escolha de uma diretoria “técnica”, formada por financistas recrutados no setor privado da economia. E essa tecnicidade seria comprovada pela opinião “dos mercados” em grande parte expressa pela imprensa de negócios, com todas as imprecisões, jogos retóricos e tentativas de conseguir vantagens econômicas permitidas por essa definição frouxa e movente.

Mas um sintoma da maré vazante que vive a doxa econômica e política internacional no Brasil contemporâneo é que a pregação do Banco central independente não consegue avançar rumo à constitucionalização. Pior, a primeira diretoria indicada por Dilma e formada por funcionários de carreira daquele órgão ao invés da recomendada escolha dos “homens do mercado” foi absorvida como fato natural. E mais uma vez, independente de suas virtudes ou defeitos intrínsecos, o relevante aqui é que essa “ousadia” vai contra a

sabedoria convencional imperante no período anterior e que tenta ainda prevalecer (Safatle 17/03/2011).

Num primeiro momento a diretoria “interna” ousou uma ambiciosa política de redução da taxa básica de juros, “apostando” contra a ortodoxia. Mas progressivamente foi se rendendo à lógica imposta pelos mercados. Ao que parece a ousadia inicial é mais fácil do que a “endurance” diante da desaprovação contínua. E nesse novo quadro marcado pela contestação cultural e econômica, esse último exemplo sugere que as formas eficientes de censura estariam assim passando da negação direta e definitiva do ato transgressor para a sua progressiva domesticação no prazo mais longo e ao sabor das possibilidades conjunturais.

### Conclusão

Mas como seria possível a estabilização de um novo equilíbrio de forças simbólico que referendasse mudanças efetivas no espaço político e cultural? Em termos da sociologia de Bourdieu, como seria possível o estabelecimento de uma nova partição e consequentemente, reconstrução do mundo (ou da realidade) que mostrasse o chamado poder real de dividir o mundo em novas classes, e consequentemente, de instituir as novas categorias de entendimento da realidade do novo grupo? A lógica da análise nos conduz a inferir que, uma vez redividido o mundo e fixadas as novas categorias de percepção, a força e a resiliência provocadas pela inércia passariam para o outro lado, sancionando a mudança de polaridade na esfera cultural e, indiretamente, na política. E na conclusão, o bom-senso deixaria as mãos dos grupos tradicionalmente imperantes.

E não é a primeira vez que a realidade contemporânea ajuda a montar o quebra-cabeça teórico. Nessa segunda década do século XXI a expressão “progresso civilizatório” passou a frequentar o debate público brasileiro de maneira crescentemente intensa, que rubrica soluções consensuais para problemas da sociedade. Um exemplo recente foi o da nova legislação trabalhista envolvendo o emprego doméstico. Já diversas medidas polêmicas da atualidade, como a concessão de cotas raciais ou sociais nas universidades públicas, não recebem essa denominação, ainda que alguns dos seus partidários tentem instituir a associação.

Na mecânica semântica da nova partição do mundo, a ênfase da expressão “emprego doméstico” passa de doméstico para emprego e assim aproxima a condição dos trabalhadores domésticos àquela dos demais trabalhadores e, corolariamente afastando a definição, e nossos olhares, da esfera da domesticidade para a do trabalho institucionalizado. Muda a generalidade em que o agrupamento passa a ser reconhecido. Muda mesmo a esfera da justiça natural a partir da qual nós, espontaneamente, classificamos e julgamos as situações e os diferendos que possam acontecer envolvendo o emprego doméstico. Dessa maneira, o mundo se redivide no sentido de uma nova construção de mundo, que altera nossa percepção daquela situação. E assim a realidade passa a ser outra para quaisquer fins relevantes de ação social.

Mesclando nossa abordagem com um olhar informado pela ótica do esboço de teoria da dominação de (Boltanski 2009; Boltanski 2012) poderíamos nos indagar como os capitais possuídos pelo grupo ora no governo federal poderiam subsumir aqueles detidos pelo

grupo que o antecedeu, conferindo dessa forma uma superioridade social aos primeiros? Como seria possível construir essa generalidade, para usar a expressão de Boltanski, a “*montée en généralité*” que consagra a dominação cultural de um grupo?

O esquema geral da mudança pode ser ao mesmo tempo explicitado decalcado da rejunção entre as esferas econômica e social que foi encetada a partir da reação ao “*mensalão*”, especialmente com as políticas de recomposição do valor do salário mínimo e das políticas redistributivas. A mais recente regulamentação do trabalho doméstico pode ser considerada, creio eu, um passo além nesse sentido. A falta de reação eficiente da doxa diante desses desafios é, para a presente digressão, o indício mais forte da mudança do mundo. Mas os titubeios e recuos do grupo agora no governo federal também são indiciários e revelam que a distribuição de capital cultural certificado continua valendo, ainda que cobre juros menos escorchantes do que outrora (Grün 2013).

Diante da evidência da rejunção, o mundo realmente se torna outro e o fundo de comércio do alto clero atual se deprecia consideravelmente. Mas é interessante notar a força do seu domínio intelectual, e moral, não reside propriamente no alcance teórico e na robustez das teorias econômicas e financeiras nas quais aparentemente ela se baseia. O ardil da razão social está propriamente nessa armadilha. Em verdade, ela depende do acionamento da versão nacional contemporânea da antropologia filosófica pessimista, em linguagem mais direta, da continuidade do domínio do nosso velho “*complexo de vira-latas*”.

E então se torna imperioso dizer que a mecânica cognitiva deflagrada pelos escândalos tendencialmente pode repor o capital intelectual e simbólico das elites tradicionais. A disjunção é filha semântica do rigorismo que se impõe como antropologia filosófica em tempos de pânico e da previsível restauração moral que a ele se segue (Muel-Dreyfus 1996). O pessimismo estrutural é a fonte definitiva da sua força.

Operacionalmente, o universo cognitivo e as relações de significado deflagradas no fragor dos escândalos torna o mundo familiar e confortável para os herdeiros daquela tradição que fala num Brasil danado para sempre. Não é assim por acaso que essas batalhas culturais que assistimos a partir dos governos petistas ganham e monopolizam as agendas públicas. Poderíamos, cinicamente, dizer que na deflagração e continuidade dos escândalos nossos tenores da razão intelectual e moral tradicionais lutam desesperadamente para manter seu fundo de comércio. Também o fazem, é claro. Mas a dinâmica do jogo é melhor explicada pelas questões identitárias que ele desperta. As teodicéias, as próprias razões de viver estão investidas na restauração da ordem simbólica que lhes concede proeminência. E isso ainda que a tentação do confronto, que como vemos vai muito além da esfera especificamente intelectual, nos empurre para encontrar explicações conspiratórias de um lado e depravação moral do outro.

## Bibliografia

- Bichoffe, A. C. (2013). *Escândalos, mídias e finanças*. São Carlos (SP), Universidade Federal de São Carlos. Mestrado.
- Boltanski, L. (2009). *De la critique : précis de sociologie de l'émancipation*. Paris, Gallimard.

- Boltanski, L. (2012). Énigmes et complots ; une enquête à propos d'enquêtes. Paris, Gallimard.
- Bourdieu, P. (1984). Homo academicus. Paris, Editions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1990). "La domination masculine." Actes de la recherche en sciences sociales: 2-31.
- Bourdieu, P. (1992). Les règles de l'art : genèse et structure du champ littéraire. Paris, Editions du Seuil.
- Bourdieu, P. (2011). "Champ du pouvoir et division du travail de domination." Texte manuscrit inédit ayant servi de support de cours au Collège de France, 1985-1986 190(5): 126-139.
- Bourdieu, P. (2012). Sur l'Etat: cours au Collège de France 1989-1992. Paris, Raisons d'agir & Seuil.
- Bourdieu, P. and J. Bouveresse (2000). "L'actualité de Karl Kraus." Actes de la recherche en sciences sociales: 119-126.
- Bouveresse, J. (2005). "Karl Kraus & nous." Agone(34): DOI : 10.4000/revueagone.4302.
- Bouveresse, J. (2006). Peut-on ne pas croire ? sur la vérité, la croyance & la foi. Marseille, Agone.
- Charle, C. (2004). Le siècle de la presse 1830-1939. Paris, Ed. du Seuil.
- Ciro Biderman, L. F. C. e. J. M. R. o. and P. d. P. Malan, Eds. (1996). Conversas com economistas brasileiros I. São Paulo, Editora 34.
- Cohn, G. (1979). Crítica e resignação : fundamentos da sociologia de Max Weber São Paulo, T.A. Queiroz.
- Costa, F. (08/11/2001). "FHC superstar: Presidente impressiona Europa ao criticar EUA e propor perdão da dívida dos países pobres e Estado palestino." Istoé 1675([http://www.istoec.com.br/reportagens/42921\\_FHC+SUPERSTAR](http://www.istoec.com.br/reportagens/42921_FHC+SUPERSTAR)).
- DÁVILA, S. (18/01/2004). República do Leblon" cresce e aparece. Folha de São Paulo.
- Desrosières, A. (1989). "Comment faire des choses qui tiennent : histoire sociale et statistique p. ." Histoire & mesure IV(3/4): 225-242.
- Dias, L. (08/12/00). "Realeza no green: O que acontece quando os nobres da economia e finanças se encontram entre uma tacada e outra." Istoé Dinheiro(172).
- DiMaggio, P. (2003). The Myth of Culture War: The Disparity between Private Opinion and Public Politics. The fractious nation? : unity and division in contemporary American life. J. a. S. S. Rieder. Berkeley, University of California Press: 79-97.
- Douglas, M. N., Steven (1998). Missing persons: a critique of the social sciences. Berkeley, New York, University of California Press; Russell Sage Foundation.
- Durkheim, E. Leçons de sociologie: physique des moeurs et du droit. Paris, Les Presses universitaires de France 1922
- Durkheim, E e Mauss, M. De quelques formes de classification - Contribution à l'étude des représentations collectives ». Année sociologique, VI, (1901-1902), pp. 1 à 72. Rubrique "Mémoires originaux". Les Presses universitaires de France
- Faoro, R. (1958). Os donos do poder. Pôrto Alegre,, Editôra Globo.
- FARAH, T. (18/03/2010). "Entidades de imprensa e Fecomercio estudam ir ao STF contra plano de direitos humanos." O Globo.
- Fauconnier, G. (1999). Mappings in thought and language. Cambridge, U.K. ; New York, NY, Cambridge University Press,.
- Fleck, L. (1979, orig. 1935). Genesis and development of a scientific fact, edited by Thaddeus J. Trenn and Robert K. Merton ; foreword by Thomas S. Kuhn. Chicago, University of Chicago Press.



- Foucault, M., D. Defert, et al. (2001). Dits et écrits, 1954-1988. Paris, Gallimard.
- Gangneux, G. (1959). "Le bas Clergé sous l'Ancien Régime : l'exemple d'une cure aux XVIIe et XVIIIe siècles." Annales. Économies, Sociétés, Civilisations: 745-749.
- Garcia Jr., A. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil - Tempo social, pgs. 285-300, junho de 2004
- Giannotti, J. A. (1986). Universidade em ritmo de barbárie. São Paulo-SP, Brasiliense.
- Goffman, E.(1986) "Social Frames", University of California Press
- Gois, A. (21/02/2006). "Passou na PUC" in Coluna de Ancelmo Gois. O Globo.
- Grün, R. (2005). "Apagão cognitivo: para uma sociologia da crise energética." Dados - Revista de Ciências Sociais 48(4): 891-928.
- Grün, R. (2006). Escândalos, marolas e mudanças: para uma sociologia da transformação simbólica, Núcleo de estudos em Sociologia econômica e das finanças da UFScar: 32.
- Grün, R. (2007). "Decifra-me ou te devoro! As finanças e a sociedade brasileira." Mana 13: 381-410.
- Grün, R. (2008). "Escândalos, marolas e finanças: para uma sociologia da transformação do ambiente econômico." Dados 51: 313-352.
- Grün, R. (2008). "Guerra cultural e transformações sociais: as eleições presidenciais de 2006 e a "blogosfera". " Sociedade e Estado 23: 621-666.
- Grün, R. (2011). "Crise financeira 2.0: controlar a narrativa & controlar o desfecho." Dados 54: 307-354.
- Grün, R. (2013). "A vingança do baixo clero: o desafio ao "PiG" e o estado do conflito cultural no tratamento da crise financeira." Mana 19: 303-340.
- Grün, Roberto .'Entre o PiG e o Mensalão: mitologia política e realidade contemporânea. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 86, p. 57, 2014.
- Grün, Roberto . (no prelo) Capital cultural, conhecimento e dominação social: As pistas e problemas levantados pela dominação financeira contemporânea, Revista Sociedade e Estado
- Hacking, I. (1983). Representing and intervening : introductory topics in the philosophy of natural science. Cambridge Cambridgeshire ; New York, Cambridge University Press.
- Hunter, J. D. (1991). Culture wars : the struggle to define America. [New York], BasicBooks.
- Jamieson, K. H. and J. N. Cappella (2008). Echo chamber : Rush Limbaugh and the conservative media establishment. Oxford ; New York, Oxford University Press.
- Kalifa, D. (2007). Qu'est-ce q'une affaire au XIXè siècle? Affaires, scandales et grandes causes : de Socrate à Pinochet. L. Boltanski. Paris, Stock: 197-211.
- Lakoff, G. (1996). Moral politics : what conservatives know that liberals don't. Chicago, The University of Chicago Press.
- Lakoff, G. and M. Johnson (1999). Philosophy in the flesh : the embodied mind and its challenge to Western thought. New York, Basic Books.
- Maler, P. C. a. H. (2012). "Usages médiatiques d'une critique « savante » de « la théorie du complot »." Agone 47 167-178.
- Mello, E. C. d. (1995). A fronda dos mazombos : nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. [São Paulo, Brazil], Companhia das Letras.
- Motta, F. C. P. (2001). "Maurício Tragtenberg: desvendando ideologias." Revista de Administração de Empresas 41: 64-62.
- Muel-Dreyfus, F. (1996). Vichy et l'éternel féminin : contribution à une sociologie politique de l'ordre des corps. Paris, Editions du Seuil.

- Noiriel, G. (2009). Immigration, antisémitisme et racisme en France (XIXe-XXe siècle) discours publics, humiliations privées. Paris, Hachette litt\*eratures.
- Oliveira, R. (20/03/2002). "Chega ao fim a hegemonia da PUC." Valor Econômico.
- Ortony, A. (1993). Metaphor and thought. Cambridge England ; New York, NY, Cambridge University Press.
- Prior, M. (2013). "Media and Political Polarization." Annual Review of Political Science 16(1): 101-127.
- Rieder, J. (1990). "Rhetoric of Reason, Rhetoric of Passion: Sociolinguistic aspects of instrumental and expressive rhetorics." Rationality and Society vol.2( 2): 190-213.
- Rieder, J. and S. Steinlight (2003). The fractious nation? : unity and division in contemporary American life. Berkeley, University of California Press.
- Rodrigues, N. and R. Castro (1993). A sombra das chuteiras imortais : crônicas de futebol. São Paulo, SP, Companhia das Letras.
- Safatle, C. (17/03/2011). "Dilma vai adotar regime de concessão para aeroportos." Valor Econômico.
- Skocpol, T. and V. Williamson (2012). The Tea Party and the remaking of Republican conservatism. Oxford ; New York, Oxford University Press.
- Thompson, E. P. (1993). Customs in common. New York, New Press : Distributed by W.W. Norton.
- TRAGTENBERG, M. (1974). Burocracia e ideologia. São Paulo, Ática.
- Tuchman, G. (1978). Making news : a study in the construction of reality. New York, Free Press.
- Williams, R. H. (1997). Cultural wars in American politics : critical reviews of a popular myth. New York, Aldine de Gruyter.